

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 1456

Data: 04.12.86

Pg.: _____

Mestiços expulsos do Chimbangue retornam com garantia da Justiça

Chapecó — Surpresas, satisfeitas e desconfiadas, as dez famílias mestiças expulsas há um mês do Toldo Chimbangue retornaram à área. Dois caminhões da Prefeitura Municipal começaram a carregar as mudanças — e os índios — ainda na terça-feira, final da tarde, quando dois representantes da Polícia Federal foram ao Seminário Diocesano, onde os Caingangues estavam alojados. Os policiais disseram aos índios que poderiam retornar à reserva porque os mais de 90 indígenas estranhos ao Chimbangue haviam sido retirados da área.

O trabalho da Polícia Federal, após a reintegração de posse expedida pelo Juiz, foi intenso. Na segunda-feira, dois agentes federais e um oficial, juntamente com mais de 50 policiais militares, começaram a retirada dos índios estranhos à reserva. Os policiais foram chamados pelo antigo cacique da reserva, Clemente Fortes do Nascimento para — junto com a Funai — expulsar mais dez famílias que, a seu ver, "são brancas e mestiças".

Terça-feira à tarde agentes federais retiraram as dez famílias Caingangues — expulsas do Chimbangue. O entusiasmo dos índios foi geral. Todos arrumaram rapidamente as mudanças, lamentando que muitos objetos e fogões tenham sido quebrados durante a expulsão.

Com a chuva de terça, não foi possível que a transferência das famílias indígenas fosse completada. Assim,

ontem pela manhã, o restante retornou à reserva do Chimbangue. De qualquer forma, prevalece a decisão judicial de impedir a entrada de quaisquer representantes da Funai, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ou de outras pessoas estranhas no Toldo Chimbangue. Continuam armadas as barreiras policiais na entrada da reserva, em Sede Trentin e na barca do rio Irani.

Para Romildo da Veiga — um dos Caingangues expulsos que retornou ao Chimbangue — foi uma vitória muito grande. O indígena acredita que não haverá atritos com o antigo cacique da área, Clemente Fortes do Nascimento, argumentando: "sozinho, ele não incomoda". Romildo lembra que a maior preocupação das dez famílias, no momento, é colher o feijão que ainda resta na lavoura e plantar um pouco mais de milho.

As dez famílias indígenas vão cobrar judicialmente os estragos em seus pertences. Elas culpam os índios do Rio Grande do Sul e Paraná, além de representantes da Funai — inclusive seu delegado regional — pelo fato. Os índios pretendem recuperar as roupas, objetos e documentos roubados.

ACAMPADOS

Quando houve a retirada dos índios não-pertencentes à reserva dos Caingangues, no toldo Chimbangue, a polícia federal tratou de entregá-los ao órgão responsável: A Funai. Mais

de noventa índios, vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná, foram provisoriamente colocados em acampamentos montados num terreno defronte à sede da Funai. Muitos de seus móveis foram deixados na garagem da delegacia da Funai.

Bastante agressivos, os índios falavam ontem que querem ficar em Chapecó e não mais retornar aos locais de origem, onde viviam até outubro deste ano. O assessor da Funai informou que o órgão entrou na Justiça pedindo a sustação da liminar do juiz federal, para que "tudo volte a ser como foi, durante um mês". Para o assessor, o melhor seria que os noventa índios, ainda que não-pertencentes ao Toldo Chimbangue, retornassem à reserva e que as dez famílias não voltassem para lá. "Só mesmo as quatro famílias mestiças podem retornar", manifestou-se um dos índios retirados do Chimbangue.

A situação dos índios do Rio Grande do Sul, e Paraná é indefinida. Nem eles, nem os responsáveis pela Funai em Chapecó, sabem quando retornarão aos seus estados. Os representantes da Funai aguardam a decisão judicial sustando tudo o que foi feito em favor das dez famílias que, durante um mês, viveram longe do Toldo Chimbangue, temendo retornarem à reserva sem segurança policial. Enquanto isso, os 90 indígenas permanecem acampados defronte à sede da Funai, recebendo do órgão o apoio e a alimentação de que necessitam.

Sem-terra esperam assentamento definitivo

São Miguel do Oeste — Depois de um ano e meio aproximadamente, os colonos assentados provisoriamente no acampamento de Bandeirante, interior de São Miguel do Oeste, passam a ter esperanças de que serão contemplados com alguma área de terra. Segundo comentou um dos agricultores sem-terra, Pedro Portela, 31 anos, que tem quatro filhos, "parece que o Governo atenderá nossos pedidos."

Seu otimismo se justifica na medida em que segundo informação as 15 famílias restantes no acampamento provisório — mais de 70 pessoas entre adultos e crianças — podem vir a ser beneficiadas com o a rateio da área equivalente a 166 hectares de terra, de propriedade do Governo do Estado. "Tudo indica que resolveram atender as nossas reivindicações e reclamações", espera o colono sem-terra.

Pedro Portela diz ainda que são inúmeros os problemas enfrentados pelos acampados atualmente. Assistência médica eles ainda recebem, porém, como não possuem recursos em disponibilidade, enfrentam enormes dificuldades na aquisição dos remédios. "Graças a Deus que nenhum caso grave se registrou até o momento", observa Portella.

Pedro também está otimista com relação à safra de milho. Com parte dos 166 hectares plantados, os colonos esperam colher cerca de 2.400 bolsas de milho. Isso garantirá a manutenção das famílias, diz Pedro.

Quando fala sobre a safra, o acampado demonstra sua preocupação quanto ao escoamento da mesma. As estradas estão em precárias condições e ele espera que alguma melhoria seja feita em tempo de garantir a colheita.

Nem tudo na área, entretanto, está

correndo bem. Há aproximadamente quatro meses, várias famílias se estabeleceram no local, objetivando também receber um pedaço de terra. Porém, segundo os próprios acampados, isso está difícil de acontecer. O Incra, no primeiro contato que manteve, alegou que a prioridade era para as outras famílias e que o caso deles tão logo não receberia estudos.

Sobre a verba que o Governo Federal está para liberar para custeio das lavouras tanto dos acampados, como dos reassentados — Portella afirmou que os 127 mil cruzados para cada família poderão ser o suficiente, "ainda mais se for considerado que o prazo para resgate do débito é de três anos". Segundo frisou, são necessários recursos para os investimentos básicos — casa, animais para trabalho e produção — e esse dinheiro, enfim, seria a solução.